



# **Prefeitura Municipal de PINHAL DE SÃO BENTO**

**Estado do Paraná**

**LEI 911/2022.**

Fixa o valor para o pagamento de obrigações decorrentes de decisões judiciais que resultem na expedição de Requisição de Pequeno Valor (RPV), nos termos do Art. 100, § 3º e 4º da Constituição Federal, pelo Município de Pinhal de São Bento/PR.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PRÉFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Pinhal de São Bento/PR, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, nos termos do Art. 100, § 3º e 4º da Constituição Federal, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente – Requisição de Pequeno Valor – RPV.

§ 1º. Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações que tenham valor igual ou inferior a 10 (dez) salários mínimos nacionais vigentes à época do pagamento.

§ 2º. Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado nesta lei.

**Art. 2º** Os pagamentos das RPVs de que trata esta Lei serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município e serão



# **Prefeitura Municipal de PINHAL DE SÃO BENTO**

**Estado do Paraná**

atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios expedidos pelo Juízo Competente.

**Art. 3º** O credor da importância superior ao montante previsto no § 1º do art. 1º desta Lei Municipal poderá optar por receber seu crédito por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV), desde que renuncie expressamente, na forma da Lei, junto ao Juízo da execução, ao valor excedente.

**Art. 4º** Para os pagamentos de que trata a presente Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento anual.

**Art. 5º** A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO,  
ESTADO DO PARANÁ, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2022.**

**PAULO FALCADE DE OLIVEIRA**  
**Prefeito Municipal**

Publicado em: 14/02/2022

Edição: 2666 Pg.       

**Folheto Oficial dos  
Municípios do Paraná**





# **Prefeitura Municipal de PINHAL DE SÃO BENTO**

**Estado do Paraná**

JUSTIFICATIVA ao Projeto de Lei nº888/2022

Senhora Presidente,

Senhores Vereadores,

Encaminhamos para análise e apreciação deste Poder Legislativo o Projeto de Lei nº888/2022 que dispõe sobre o pagamento de débitos ou obrigações do Município, decorrentes de decisões judiciais, consideradas Obrigações de Pequeno Valor/RPV.

Esclarecemos que o Município não dispõe de legislação própria, sendo que com por algumas oportunidades recebemos ofício do Fórum da Comarca de Ampére/PR solicitando o pagamento por intermédio de RPV e, tendo em vista que inexistindo Lei Municipal sobre o assunto, deve-se aplicar o previsto no § 12 do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que atualmente é de 30 (trinta) salários Mínimos.

Com a alteração dada ao Art. 100 da Constituição Federal pela emenda constitucional 62, de 2009, ficaram as Fazendas Públicas estaduais e municipais autorizadas a editar leis, fixando os valores para pagamentos de RPVs, ou seja, requisições de pequeno valor. Não se deve confundir as RPVs com precatórios, que são aquelas obrigações de valores mais elevados.

O parágrafo 4º da Emenda Constitucional 62, de 2009, diz literalmente: "Para os fins do disposto no parágrafo 3º poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social."





# **Prefeitura Municipal de PINHAL DE SÃO BENTO**

## **Estado do Paraná**

Todavia, se o Município não estabelecer o seu valor para RPVs, ficará sujeito ao estabelecido no art. 97, § 12 das ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), que apresenta o seguinte texto:

§ 12. Se a lei a que se refere o § 4º do art. 100 não estiver publicada em até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação desta Emenda Constitucional, será considerado, para os fins referidos, em relação a Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, omissos na regulamentação, o valor de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

.....

II - 30 (trinta) salários mínimos para Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)~

Isto significa que o valor mínimo para o Município seria hoje de R\$ 36.360,00 (trinta e seis mil e trezentos e sessenta reais). Como os pagamentos a títulos de RPVs devem ser efetivados em até 60 (sessenta dias), independentemente de estarem previstos no orçamento anual, ponderamos ser um valor elevado para ser efetivado em tão curto prazo pelo Município, sem que acarrete corte em outras áreas, especialmente na área da saúde nesse período em que ainda temos casos de Covid-19.

Assim, através deste Projeto de Lei se propõe a fixação das Requisições de Pequeno Valor/RPVs para o Município de Pinhal de São Bento/PR em 10 (dez) salários mínimos, hoje no valor de R\$ 12.120,00 (doze mil cento e vinte). Este será o valor máximo a ser pago através de RPVs, sendo que a partir deste teto, os valores passarão a fazer parte de precatórios.

Com a fixação do teto das Requisições de Pequeno Valor/RPVs é possível um melhor e mais seguro fluxo de caixa, porquanto os pagamentos dependem das decisões judiciais e o prazo estabelecido para o pagamento das RPVs é, conforme anteriormente informado, de 60(sessenta) dias. E para o pagamento das mesmas serão utilizados recursos constantes da dotação orçamentária própria, conforme reza o Art. 4º deste Projeto de Lei.



# **Prefeitura Municipal de PINHAL DE SÃO BENTO**

**Estado do Paraná**

Pelo todo exposto, esperamos poder contar com a atenção de Vossas Senhorias à matéria em epígrafe, cuja matéria está em legislação federal, com a aprovação deste Projeto de Lei nº888/2022, para que possamos encaminhar cópia da Lei Municipal ao Fórum da Comarca de Ampére/PR, conforme solicitado no mais prevê espaço de tempo possível.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO,  
ESTADO DO PARANÁ, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2022.**

**PAULO FALCADE DE OLIVEIRA**  
**Prefeito Municipal**



---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO**

---

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
LEI Nº 911/2022

**LEI 911/2022.**

Fixa o valor para o pagamento de obrigações decorrentes de decisões judiciais que resultem na expedição de Requisição de Pequeno Valor (RPV), nos termos do Art. 100, § 3º e 4º da Constituição Federal, pelo Município de Pinhal de São Bento/PR.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Pinhal de São Bento/PR, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, nos termos do Art. 100, § 3º e 4º da Constituição Federal, à vista do ofício requisitório expedido pelo Juízo competente – Requisição de Pequeno Valor – RPV.

§ 1º. Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações que tenham valor igual ou inferior a 10 (dez) salários mínimos nacionais vigentes à época do pagamento.

§ 2º. Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado nesta lei.

**Art. 2º** Os pagamentos das RPs de que trata esta Lei serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município e serão atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios expedidos pelo Juízo Competente.

**Art. 3º** O credor da importância superior ao montante previsto no § 1º do art. 1º desta Lei Municipal poderá optar por receber seu crédito por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV), desde que renuncie expressamente, na forma da Lei, junto ao Juízo da execução, ao valor excedente.

**Art. 4º** Para os pagamentos de que trata a presente Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento anual.

**Art. 5º** A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, ESTADO DO PARANÁ, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2022.**

**PAULO FALCADE DE OLIVEIRA**

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA ao Projeto de Lei nº888/2022

Senhora Presidente,

Senhores Vereadores,

Encaminhamos para análise e apreciação deste Poder Legislativo o Projeto de Lei nº888/2022 que dispõe sobre o pagamento de débitos ou obrigações do Município, decorrentes de decisões judiciais, consideradas Obrigações de Pequeno Valor/RPV.

Esclarecemos que o Município não dispõe de legislação própria, sendo que com por algumas oportunidades recebemos ofício do Fórum da Comarca de Ampére/PR solicitando o pagamento por intermédio de RPV e, tendo em vista que

informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>